



**Juris Capital Securitizadora de Créditos
Mercantis S.A.**

Demonstrações Financeiras

Período de 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da companhia) a 31 de dezembro de 2023.

Com relatório dos auditores independentes

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Informações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto).....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

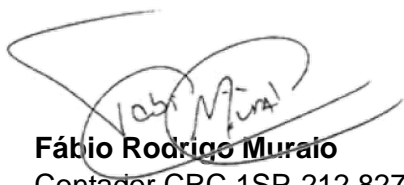
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muraio

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos milhares em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12	1
Impostos a recuperar		11	-
Total do ativo circulante		23	1
Total do ativo		23	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos milhares em Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Contas a pagar		2	-
Partes relacionadas	5	-	6
Outras obrigações		26	-
Total do passivo circulante		28	6
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	7.1	1	1
Prejuízos acumulados		(6)	(6)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(5)	(5)
Total do passivo e patrimônio líquido		23	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 06 de janeiro de 2023
(Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos milhares em Reais)

	Notas	31/12/2024	De 06/01/2023 a 31/12/2023
Receita operacionais	9	1.233	-
Custo dos serviços prestados	10	(1.263)	-
Resultado bruto		(30)	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(26)	(1)
Despesas tributárias		(4)	(5)
Resultado operacional		(60)	(6)
Receitas financeiras	12.1	68	-
Despesas financeiras	12.2	(8)	-
Resultado financeiro		60	-
Resultado do exercício / período		-	(6)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 06 de janeiro de 2023 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos milhares em Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>De 06/01/2023 a 31/12/2023</u>
Resultado do exercício / período	-	(6)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercício / período	-	(6)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 06 de janeiro de 2023 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos milhares em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos iniciais		-	-	-
Integralização de capital	7.1	1	-	1
Resultado do período		-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>1</u>	<u>(6)</u>	<u>(5)</u>
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1</u>	<u>(6)</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 06 de janeiro de 2023 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos milhares em Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>De 06/01/2023 a 31/12/2023</u>
Atividades operacionais		
Resultado do período / exercício	-	(6)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Juros sobre as debentures	457	-
Âgio/Deságio carteira de crédito	(1.233)	-
Prêmio de debentures	439	-
Aumento/(redução) no ativo:		
Carteira de Créditos	1.233	-
Impostos a recuperar	(11)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Contas a Pagar	2	-
Partes relacionadas	(6)	6
Outras Obrigações	(413)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>468</u>	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Capital social	-	1
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos	-	1
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debentures	(457)	-
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	(457)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>11</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	12	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>11</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 06 de janeiro de 2023.

A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos Mercantis”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Na 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, sendo 1 (uma) da Espécie Sênior com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória para Oferta Pública de Distribuição através da Inco Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo Ltda e 1 (uma) para Colocação Privada com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária e Subordinada, foram emitidas 60.100 Debêntures, sendo 60.000 Debêntures na Série Sênior e 100 Debêntures na Série Subordinada, em 09 de janeiro de 2024. Cada Debênture possui o valor nominal unitário de R\$ 500,00 (quinhentos Reais), totalizando emissão de R\$ 30.000 (trinta milhões de Reais) na Série Sênior e R\$ 10 (dez mil Reais) na Série Subordinada.

Foram integralizadas o total de 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures na Série Sênior e 100 (cem) debêntures na Série Subordinada.

A emissão é formada por duas séries com prazo de vencimento previsto para 60 meses.

O valor Nominal das Debentures da Série Sênior não é objeto de atualização, mas é objeto de remuneração de 19,50% ao ano. Já o valor Nominal das Debêntures da Série Subordinada não é objeto de atualização e nem de remuneração.

1.1. Plano de Continuidade e Gestão de Liquidez da Companhia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo. No entanto, os acionistas reafirmam seu compromisso de realizar aportes de recursos conforme necessário, garantindo a continuidade das operações e a manutenção do regime normal de funcionamento da Companhia.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de abril de 2025.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais--
Continuação**

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais--
Continuação**

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais--
Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras (i)	11	-
Total	12	1

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Recebíveis

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série serão destinados para desenvolvimento das suas atividades empresariais de aquisição dos Direitos Creditórios dos usuários da RESOLVVI TECNOLOGIA LTDA através da assinatura do Termo de Cessão ou para aquisição do Take Rate da RESOLVVI TECNOLOGIA LTDA em razão dos Contratos de Cooperação firmado com o escritório de advocacia que patrocina ações judiciais de Direitos Creditórios Elegíveis.

b) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Companhia sem coobrigação do Cedente, de acordo com o Contrato de Cessão.

c) Composição dos recebíveis

Descrição	31/12/2024
Direitos Creditórios	3.325
Recebimentos direitos creditórios	(4.558)
Deságio direitos creditórios (Vide Nota Explicativa nº 9)	1.233
Total	-

d) Aval

Os Direitos Creditórios contam com aval prestado por uma sociedade empresária limitada e por pessoas físicas vinculadas à operação. Os avalistas assumem responsabilidade solidária pelo adimplemento integral das obrigações garantidas, conforme previsto na legislação aplicável.

e) Cessão fiduciária dos recebíveis

Não houve Cessão fiduciária nessa operação.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Recebíveis--Continuação

f) Regime fiduciário

Foi instituído regime fiduciário pela Companhia sobre os Créditos Financeiros, incluindo todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e ações inerentes aos Créditos Financeiros, tais como multas, juros, penalidades, indenizações e demais acessórios eventualmente devidos, bem como sobre a Conta Centralizadora, na forma do artigo 25 da Lei nº 14.430, não se prestando à constituição de garantias ou à execução por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam.

g) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

A RESOLVVI TECNOLOGIA LTDA fará a cobrança dos direitos creditórios inadimplidos.

h) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Os eventos de pré-pagamento podem ocorrer por antecipação de valores pelos devedores da operação ou por gatilhos de amortização estabelecidos no termo de securitização da operação.

i) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

A operação adquire praticamente todos os riscos e benefícios do direito creditório.

j) Provisão para Dação em Pagamento

Não houve.

k) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há constituição de PECLD.

5. Partes relacionadas - Passivo

5.1. Transações com partes relacionadas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Travessia Assessoria Financeira Ltda	-	6
Total	-	6

Montante referente às operações de mútuo com empresa ligada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Partes relacionadas – Passivo--Continuação

5.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Debêntures

6.1. Condições da escritura

Na 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, sendo 1 (uma) da Espécie Sênior com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória para Oferta Pública de Distribuição através da Inco Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo Ltda e 1 (uma) para Colocação Privada com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária e Subordinada, foram emitidas 60.100 Debêntures, sendo 60.000 Debêntures na Série Sênior e 100 Debêntures na Série Subordinada, em 09 de janeiro de 2024. Cada Debênture possui o valor nominal unitário de R\$ 0,5 (quinhentos Reais), totalizando emissão de R\$ 30.000 (trinta milhões de Reais) na Série Sênior e R\$ 10 (dez mil Reais) na Série Subordinada.

Foram integralizadas o total de 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures na Série Sênior e 100 (cem) debêntures na Série Subordinada.

A emissão é formada por duas séries com prazo de vencimento previsto para 60 meses.

O valor Nominal das Debentures da Série Sênior não é objeto de atualização, mas é objeto de remuneração de 19,50% ao ano. Já o valor Nominal das Debêntures da Série Subordinada não é objeto de atualização e nem de remuneração.

a) Remuneração

O valor Nominal das Debentures da Série Sênior não é objeto de atualização, mas é objeto de remuneração de 19,50% ao ano. Já o valor Nominal das Debêntures da Série Subordinada não é objeto de atualização e nem de remuneração.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Debêntures--Continuação

6.1. Condições da escritura--Continuação

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há constituição de PECLD.

6.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2024
1ª Emissão de debêntures - classe Sênior	3.600
Pagamento aos debenturistas	(3.984)
Juros de Debêntures (Vide Nota Explicativa nº 10)	457
Ágio	(73)
Subtotal	-
1ª Emissão de debêntures - classe Subordinada	10
Pagamento aos debenturistas	(10)
Subtotal	-
Prêmios a pagar (i)	(48)
Transferência para o fundo de despesas	48
Subtotal	-
Total das emissões (ii)	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo corresponde ao resultado acumulado da operação, o qual será utilizado para pagamento de despesas ao término da operação.

(ii) Em virtude do Instrumento Particular de Promessa de Cessão firmado em novembro de 2024 entre os cedentes dos créditos, Juris Capital Securitizadora, Resolvvi e Haumi Securitizadora, foi efetivada a transferência da totalidade dos créditos, motivando assim, o resgate integral das debêntures na mesma data.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A. (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.) em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 500 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 500.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Patrimônio líquido--Continuação

7.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

7.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

8. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

9. Receitas operacionais

Em 31 dezembro de 2024, as receitas operacionais estão assim compostas:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita deságio sobre carteira de crédito (Vide Nota Explicativa nº 4.c)	1.233
Total	1.429

10. Custos gerais

Em 31 dezembro de 2024, os custos estão assim compostos:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>
Gestão de Carteiras (i)	(321)
Anúncios e Publicações	(2)
Taxas CVM	(1)
Desenvolvimento de sistemas	(13)
Outros custos com emissões	(30)
Juros sobre as debêntures (Vide Nota Explicativa nº 6.2)	(457)
Remuneração das debentures (ii)	(439)
Total	(1.263)

(i) O saldo refere-se aos custos incorridos com a administração e monitoramento da carteira de créditos securitizado

(ii) Refere-se ao resultado do exercício que será repassado ao cedente ao final da operação.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Despesas gerais e administrativas

Em 31 dezembro de 2024, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	De 06/01/2023 a 31/12/2023
Honorários Advocatícios	(18)	-
Serviços de Informações	(7)	-
Outras Despesas	(1)	(1)
Total	(26)	(1)

12. Receitas e despesas financeiras

No exercício de 31 dezembro de 2024, as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

12.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	51
Outras Receitas Financeiras	17
Total	68

12.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2024
Despesas bancárias	(8)
Total	(8)

13. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

13.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2024 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Juris Capital Securitizadora de Créditos Mercantis S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis X S.A.).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 06 de janeiro de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Declaração dos diretores

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

15. Relação com os auditores

A Empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

16. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.